

SEGURANÇA PARA O BEM VIVER

Atualmente, o mundo convive com o fortalecimento do neofascismo que avança ao campo institucional. No Brasil, a situação não é diferente, temos um governo que flerta com ideais neofascistas e que se ergueu com o debate pautado na Segurança Pública, especificamente com um modelo de segurança baseado na repressão e no punitivismo. A esquerda, por sua vez, foi cedendo o lugar no debate público e permitindo que a direita se estabelecesse como principal expoente do debate da Segurança. No entanto, esse modelo punitivista não funciona, aumenta o aparato penal-estatal que é racista e criminaliza a pobreza.

O paradoxo desse modelo é disseminar que a violência se resolve com o aumento do Estado na área da segurança, com maior quantitativo de força policial nas ruas e o crescimento expressivo do encarceramento, enquanto, por outro lado, prega “menos Estado” no âmbito social e econômico, ignorando as desigualdades sociais como causa da escalada da violência nos grandes centros urbanos (WACQUANT, 1999).

A solução apontada pela direita não é o enfrentamento da desigualdade social, mas o aumento do aparato das forças repressivas do Estado, que promove aumento da violência policial, a polícia brasileira é uma das que mais matam no mundo, em 2019, houveram 5.804 assassinatos pela polícia², isso sem os dados do estado de Goiás. Atualmente, com a proibição de operações nas Favelas do Rio durante a pandemia, reduziu o número de mortes em 70%, além de reduções significativas nos registros de crimes contra a vida (48%) e contra o patrimônio (40%)³, demonstrando como a repressão não é a solução para a criminalidade, mas um dos elementos que a majoram.

O aumento da repressão e da punitividade produz o encarceramento em massa da nossa população, o Brasil já mantém a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas de China e EUA. Além disso, o país ocupa o primeiro lugar

² Número de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil em 2019; assassinatos de policiais caem pela metade. Link: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-em-2019-assassinatos-de-policiais-caem-pela-metade.ghtml>

³ Proibição de operações em favelas do Rio durante a pandemia reduziu mortes em 70%. Link: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,proibicao-de-operacoes-em-favelas-do-rj-durante-pandemia-diminuiu-em-70-o-numero-de-mortes,70003384997>

em ritmo de crescimento do número de pessoas presas desde 2001⁴. Os resultados desse encarceramento tampouco são animadores. Conforme já indicado por inúmeras investigações, as prisões se converteram no principal espaço de recrutamento para as maiores facções criminosas do país. Nos cárceres, pessoas condenadas por crimes leves, ou mesmo ainda aguardando julgamento, são inseridas em redes de proteção internas, cujo pagamento é cobrado sob a forma de lealdade no lado de fora.

É preciso, ainda, olhar para os trabalhadores da segurança pública. Desde o início do avanço do neofascismo, surgiram diversos coletivos de Policiais Antifascistas, que, apesar da estrutura militarizada, insurgiram contra estas organizações que os oprimem enquanto trabalhadores e seres humanos, apontando as condições precarizadas de trabalho em que se encontram, principalmente os oficiais de níveis mais baixos dentro da hierarquia militar. A verdade é que este modelo polariza a classe trabalhadora, colocando trabalhadores da segurança contra a população negra, pobre e periférica, da qual, por muitas vezes, esse próprio policial faz parte.

Além do exposto, esse modelo vigente de segurança pública tem algumas importantes consequências que os seus defensores frequentemente omitem. A primeira delas é o imenso número de policiais (militares e civis) que morrem anualmente em confrontos armados. A insistência em operações de enfrentamento, baseadas em escassa investigação e inteligência, coloca os policiais em situação de constante perigo, ameaçando, também, as vidas daqueles que a direita diz ser a grande defensora.

Assim, a lógica e a estrutura de funcionamento das forças policiais devem ser inteiramente reformuladas. Todas as polícias devem ser desmilitarizadas, garantindo o direito de livre organização sindical e manifestação para os policiais.

A prioridade das ações policiais deve ser a prevenção e a elucidação dos crimes contra a vida, aí incluído o tráfico de armas. Para isso, é fundamental apostar em investigação e inteligência, e não em confrontos armados nas favelas e periferias. Por fim, é preciso garantir um amplo processo de participação social popular na formulação e no controle das políticas de segurança pública. Assim, pensar um modelo antirracista

⁴ Com 812 mil pessoas presas, Brasil mantém a terceira maior população carcerária do mundo. Disponível em: < <https://ponte.org/com-812-mil-pessoas-presas-brasil-mantem-a-terceira-maior-populacao-carceraria-do-mundo/>>

e anticapitalista de segurança pública é uma tarefa urgente para os movimentos sociais e para os partidos de esquerda

Desde 2016, Minas Gerais é a segunda unidade federativa com maior número de pessoas presas no país, ficando atrás apenas de São Paulo. Este ocupa o primeiro lugar com folga no ranking de população carcerária.

Na segunda metade dos anos 1990 e no início dos anos 2000, Minas Gerais, apresentou um considerável aumento na taxa de criminalidade violenta. Na capital mineira, “entre 1997-2003, houve um crescimento de 300% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 250% nos homicídios” (PEIXOTO et al. apud MIRANDA, 2014, p. 162). Já entre os anos 2006 e 2016, houve uma estabilização no número de homicídios em Minas Gerais. Enquanto no ano de 2006 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 21,4; em 2016 a taxa passou para 22,0. Em todos os demais estados do Sudeste, as taxas de homicídios diminuíram significativamente. Em São Paulo, por exemplo, a queda na taxa de homicídios foi de 46,7%. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). Em números absolutos, Minas Gerais ocupa o 3º lugar no ranking de homicídios, com 4.622 homicídios no ano de 2016. São Paulo aparece em 2º lugar, com 4.870 homicídios; e Rio de Janeiro, em primeiro, com 6.053 homicídios, também em 2016. Em relação à taxa de homicídio de mulheres, Minas Gerais apresentou um leve declínio, reduzindo de 3,9 em 2006 para 3,6 em 2016. Todas as unidades federativas da região Sudeste apresentaram redução. Espírito Santo, por exemplo, apresentou uma redução de 49% na taxa de homicídio de mulheres no período analisado. Em resumo, aconteceu uma dilatação nos dados referentes à criminalidade em Minas Gerais no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Posteriormente, entre 2006 e 2016, os dados estabilizaram-se, porém com números altíssimos de homicídios e de pessoas encarceradas.

A pauta segurança pública passou a ganhar centralidade a partir do primeiro governo de Aécio Neves. Quando assumiu o Estado, em 2003, Aécio Neves, eleito pelo PSDB, deparou-se com uma criminalidade crescente no estado e respondeu com políticas punitivistas. Investir em punição sem investir em prevenção fez aumentar o número de pessoas encarceradas no estado, não resolvendo, o problema da criminalidade violenta. A política de defesa social, no decorrer da implantação de sua proposta, revela-se a partir de um número significativo de construção de presídios e de penitenciárias no estado de Minas Gerais acompanhado, evidentemente, de um

aumento expressivo de encarceramentos. Desde o governo Aécio até o momento atual, Minas Gerais, tal como está exposto nas estatísticas, conta com um crescimento expressivo da população prisional, hoje alcançando a condição de segundo estado brasileiro que mais encarcera (MIRANDA, 2014, p. 167).

O governo de Antônio Anastásia (2010-2014), também do PSDB, manteve as principais medidas adotadas pela administração anterior, na qual ele foi vice-governador desde 2007. Após a renúncia de Anastasia, em 2010, Alberto Pinto Coelho Junior (PP), até então vice-governador, assume o governo do estado por menos de um ano, mantendo a política anterior. Fernando Pimentel, eleito pelo PT, governou o estado entre janeiro de 2015 e janeiro de 2019 e, mais uma vez, manteve a política punitivista como central, deixando as políticas de prevenção com pouquíssimos recursos para implementação.

Ao entendermos esse panorama geral do sistema de segurança pública nacional e regional, é importante dizer que pensar em uma alternativa, especialmente com foco nos municípios, é mais amplo do que pensarmos apenas em medidas de desencarceramento ou desmilitarização da polícia, mas compreende também políticas de prevenção, que busque solucionar conflitos, além de políticas que garantam o futuro da juventude negra e periférica, como a defesa de espaços de lazer na periferia e a luta contra a repressão cultural.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

- **Intervir direta e preventivamente sobre dinâmicas sociais geradoras de conflitos, violências e processos de criminalização;**
- **Contribuir para a compreensão, registro, análise e intervenções nos fatores sociais relacionados a crimes e violências incidentes sobre os territórios** de forma a qualificar as estratégias de enfrentamento desses fenômenos;
- **Promover e favorecer articulações intergovernamentais e multisetoriais para o enfrentamento dos fatores sociais relacionados à incidência de crimes e violências;**
- **Fomentar a participação social** em questões afetas a prevenção social à criminalidade;

- **Criação da Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões** dentro da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania. **Essa gerência deve ser composta por equipe técnica** multidisciplinar com formação acadêmica nas áreas de Ciências Humanas e/ou Sociais aplicadas. Parte dessa equipe técnica deve ser destinada para acompanhamento das ações nos territórios;
- **A Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões será centrada em dois eixos de atuação: Mobilização e Mediação comunitária; e ações voltadas às juventudes em situações de conflitos e rivalidades;**
- **A Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões deverá estar articulada com o Programa Selo Prevenção Minas do Estado de Minas Gerais** para planejar e executar todas as ações referentes à Prevenção Comunitária no município;
- **As ações da Gerência de Ações Comunitárias e Enfrentamento a Opressões serão realizadas de acordo com um diagnóstico territorial a ser executado pelas equipes técnicas em conjunto com moradores, entidades e instituições locais.** A partir desse diagnóstico serão priorizados focos de intervenção em um dos dois eixos de atuação ou em ambos. O diagnóstico será a ferramenta para o conhecimento das especificidades e demandas de cada território e de referências comunitárias locais, que serão as responsáveis pela atuação in loco, com apoio da equipe técnica;
- **Propor parceria, em articulação com o Selo Prevenção Minas, com referências comunitárias dos territórios** para trabalhar questões relacionadas a temas que perpassam a segurança, tais como: conflitos intrafamiliares, conflitos de vizinhança, violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outros;
- **Organização comunitária do território em articulação com Associações de Moradores, entidades artísticas/culturais no território, Conselhos Locais de Segurança Pública, entre outros;**
- **Construção de Fóruns Locais de Segurança, onde serão acolhidas as demandas do território,** abrangendo temas como: juventudes, racismo, violência contra a mulher, relações com a polícia. O Conselho Municipal da Juventude e os Conselhos Locais de Segurança poderão contribuir na construção dos Fóruns e/ou encaminhamento das pautas que forem discutidas nestes;

- **Fortalecimento da Rede de Proteção local e municipal para acompanhamento de casos de violência do território**, principalmente com a rede de saúde local, através das/os agentes comunitárias/os de saúde, que são moradoras/es desses locais;
- **Implantar oficinas temáticas voltadas a jovens em situações de conflitos e rivalidades**, em articulação com o Programa Selo Prevenção Minas do Estado de Minas Gerais, sendo estas atividades construídas com a própria juventude do território e executada preferencialmente por referências comunitárias locais ou que possuam vínculo com a comunidade e que tenham habilidades em trabalhar com a juventude. As oficinas serão um meio para a discussão de pautas que atravessam as vivências dos jovens e estão relacionadas à discussão da segurança pública;
- **Construção junto à juventude dos territórios com maior índice de violência um calendário de eventos culturais**, tendo como norte as demandas culturais da própria comunidade e considerando suas especificidades;
- **Fortalecimento da articulação da Rede de Proteção para acompanhamento prioritário de adolescentes e jovens em situações de risco, ameaças, conflitos familiares e evasão escolar.;**
- **Articulação da secretaria de segurança com Universidades, movimentos sociais e coletivos que pautem os Direitos Humanos para a implantação de projetos construídos em conjunto com os moradores e equipe técnica.** Os temas dos projetos serão de acordo com a demanda de cada território, tais como: lgbtqia+fobia; racismo; violência contra a mulher; violências estruturais e etc.;
- **Contribuir para o fortalecimento da Justiça Restaurativa no município** visando reconectar relações e instaurar direitos em contextos de violências e desigualdades sociais;
- **Estruturar e/ou fortalecer os Órgãos gestores e os Serviços de Justiça Restaurativa;**
- **Apresentar projeto de lei para estruturação da Política Municipal de Justiça Restaurativa;**
- **Instalar Comitê Interinstitucional Municipal de Justiça Restaurativa** composto por secretarias municipais, conselhos municipais, conselhos de classe (OAB, CRP, CRESS,

etc.), polícias, sistema de justiça, instituições públicas e privadas, representações da sociedade civil organizada, cultura, lazer, que atuam nos mais diversos sociais, para que esse grupo crie e acompanhe a política municipal de justiça restaurativa, bem como dê suporte às práticas de JR;

- **Constituir, qualificar e/ou fortalecer equipes locais** através de processo continuado de sensibilização, formação, facilitação e supervisão em práticas restaurativas;
- **Construir uma metodologia** para a constituição e/ou fortalecimento de redes locais parceiras para o desenvolvimento de práticas nos Serviços Municipais que considere e valorize a diversidade de cada local de atuação;
- **Realizar práticas de Justiça Restaurativa junto às instituições nas comunidades**, por meio de atividades de articulação, aplicação e sistematização de procedimentos restaurativos;
- **Sistematizar o percurso da política municipal** em estudos de casos, resultados obtidos e recomendações para a sua sustentabilidade;
- **Divulgar a prática da justiça restaurativa** e outras ações não violentas que contribuem para solucionar conflitos, reestruturar relações desequilibradas e criar ambientes mais saudáveis. Dar visibilidade a novos modelos de segurança com foco na garantia de direitos e defesa das liberdades;
- **Criação de canais municipais para fiscalização/acompanhamento das alegações de violência policial**, este canal também deverá receber denúncias dos familiares de presos. Deverá atuar em parceria do canal com entidades já existentes, como a associação de familiares de presos, coletivos da luta anti-encarceramento, entidades de defesa dos Direitos Humanos e a OAB;
- **Parceria com o Judiciário para que os canais municipais sejam oficiados e tenham acesso às atas das audiências de custódia**, que são públicas, de modo a propiciar uma atuação em parceria com o Ministério Público;
- **Fortalecer rede de instituições parceiras corresponsáveis pela execução das medidas alternativas à prisão;**
- **Ampliar e qualificar as possibilidades de prestação de serviço à comunidade;**

- **Criar canal que permita acompanhar as pessoas que cumprem medidas alternativas;**
- **Buscar novas parcerias de prestações de serviços com associações de bairro que tocam projetos sociais, buscando fortalecer tanto as associações quanto às medidas ressocializadoras;**
- **Favorecer o acesso a direitos e a inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, bem como seus familiares;**
- **Contribuir para o fortalecimento das ações do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp-SEJUSP/MG) no município;**
- **Contribuir para o esclarecimento/sensibilização das instituições públicas e da sociedade civil para o atendimento das demandas apresentadas pelas pessoas egressas, enquanto direitos não comprometidos pela condenação criminal;**
- **Contribuir para o acesso das pessoas egressas a direitos e serviços municipais de maneira a minimizar as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento, considerando marcadores de identidade e grupos mais vulneráveis;**
- **Promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional;**
- **Criar Rede de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional de Juiz de Fora (RAESP/JF);**
- **Realizar eventos, seminários, fóruns, reuniões de rede para formação continuada sobre a temática, discussão de casos e construção de fluxos que favoreçam a inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional;**
- **Articular com o conselho da comunidade, associação de familiares de pessoas privadas de liberdade e coletivos que atuam na temática anti-prisional/apoio a pessoas egressas;**
- **Celebrar convênios e parcerias para qualificação profissional e geração de renda de pessoas egressas;**
- **Articular para criação de projeto de lei que preveja incentivos para contratação de pessoas egressas, bem como percentual de contratação de pessoas egressas em**

editais de licitação da prefeitura municipal e outros órgãos públicos, bem como outras políticas afirmativas pautadas nos marcadores de identidade;

- **Promover a desmilitarização e a reestruturação da Guarda Municipal como órgão público,** com servidores estatutários, voltado para o controle do tráfego, a vigilância dos próprios municipais e o apoio à fiscalização e controle urbano por parte das demais secretarias;
- **Organizar um controle externo efetivo da Guarda Municipal,** com ouvidorias independentes e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da Secretaria Especial de Ordem Pública;
- **Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da Guarda Municipal;**
- **Promover a reestruturação das técnicas de treinamento da Guarda Municipal** de acordo com uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- **Valorizar os servidores da Guarda Municipal,** garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e o fim da diferenciação salarial dos servidores segundo grupos para operações e unidades especiais.